

**Bruno Andreotti. *Poder e resistências: movimentações da multidão*. (PUC-SP, mestrando com bolsa CAPES, pesquisador no NU-SOL).**

Esse texto tem o objetivo de expor parte significativa do atual estágio de minha pesquisa de mestrado, cujo objetivo é realizar uma cartografia das resistências que ficaram conhecidas como movimentos “antiglobalização” e posteriormente movimentos “por uma outra globalização”, analisando mais especificamente três momentos diferentes desses movimentos: a *Ação Global dos Povos*, uma das primeiras tentativas de articular uma resistência mundial ao neoliberalismo e ao mercado globalizado, em grande medida responsável pelas manifestações de Seattle (1999) e Gênova (2001), os *Fóruns Sociais Mundiais* e a revista *Global Brasil*, visto que a publicação é um desdobramento direto dessas articulações.

Antonio Negri argumenta que esses movimentos representam um novo paradigma de organização de resistências, não mais a estrutura piramidal do Partido e da Vanguarda, mas uma organização em rede, rede de redes, forjando o conceito de *multidão* para apreender teoricamente esse novo tipo de organização. Também é objetivo da pesquisa caracterizar tais resistências *multitudinárias* como *reativas*, visto que se apresentam como alternativa diante das possibilidades de inovação, propensas a capturas, contrapondo-se às resistências *ativas*, que agem por invenção de espaços de liberdade.

A exposição divide-se em quatro movimentos: 1. *Cartografando a multidão*: algumas breves notas sobre a metodologia da pesquisa, sobre a divisão qualitativa de resistências entre ativas e reativas e sobre o conceito de multidão; 2. *A Ação Global dos Povos (AGP) e os Fóruns Sociais Mundiais (FSM)*: pequeno resumo da história desses movimentos, pontuando como no cerne destes está uma demanda por democracia em escala global e como no FSM a grande solução para a crise da democracia representativa surge na forma luta por direitos e participação democrática; 3. *A Multidão nas páginas da revista Global*, em que se mostra como a luta da multidão é codificada em demanda por direitos e democracia participativa e; 4. *Resistência, Molarização e Reatividade*: caracterização da multidão como resistência reativa.

## 1. Cartografando a multidão

Para alcançar os objetivos almejados essa pesquisa se utiliza do conceito de cartografia elaborado por Deleuze e Guattari, elaboração de uma espécie de mapa, portanto. Esse mapa não incide em elementos nem em conjuntos, nem em sujeitos, muito menos em relacionamentos ou estruturas, no entanto a cartografia por ele traçada pode chegar a esses lugares. Esse mapa incide

em lineamentos, que atravessam tanto grupos quanto indivíduos. Há três tipos de linha, da seguinte forma caracterizadas<sup>1</sup>:

1. Linha molar: linha dura que opera a *organização* binária das outras linhas. Incide sobre amplos agregados, grupos estáticos, conjuntos coesos e unitários. Lenta, dura e binária.
2. Linha molecular: linha relativamente flexível, composta de singularidades, de micromultiplicidades. Rápida, flexível e múltipla.
3. Linha de fuga: linha que opera no nível da descodificação, da liberação.

Ver como essas linhas são traçadas no “movimento dos movimentos” é objetivo dessa pesquisa, cartografia de resistências, portanto. Propõem-se, também, uma divisão conceitual e qualitativa entre resistência reativa e resistência ativa.

As capturas de resistências tentam restaurar a mesma composição de forças, ainda que de maneira modificada e apresentam alternativas diante da possibilidade de inovação, caracterizando-se como resistências reativas, atuando no nível da codificação aptas ao processo de captura. As resistências ativas são práticas que levam à invenção de espaços de liberdade no interior das lutas políticas, atuando no nível da descodificação. É ainda oportuno lembrar que para Deleuze e Guattari é a organização molar que impedem os elementos moleculares de seguirem sua própria linha de fuga, que é primeira em relação às demais<sup>2</sup>. Logo, são as chamadas *resistências multidiuárias* que se procura cartografar. Antes de prosseguir, um breve resumo do conceito de multidão se faz necessário.

Do ponto de vista ontológico a multidão é um conjunto difuso de singularidades que produzem vida em comum, um tipo de carne social que se organiza em um novo corpo social. Isso é biopolítica<sup>3</sup>, a produção da vida em comum, tendo como ponto de partida e ponto de chegada o comum; o comum é produzido sempre a partir de singularidades que cooperam, sem a necessidade de uma organização exógena. Do ponto de vista ontológico o poder constituinte da multidão é a expressão molar dessa produção biopolítica<sup>4</sup>.

Do ponto de vista sociológico, o poder constituinte da multidão aparece como cooperação e comunicação em redes, trabalho social formado pelo comum. Multidão como um

---

<sup>1</sup> DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *Mil Platôs vol.3*. 1ª Ed. Trad. Aurélio Guerra Neto et alli. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996, p.102.

<sup>2</sup> DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *O Anti-Édipo*. Trad. Joana Moraes Varela e Manuel Maria Carrilho. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004, p.320.

<sup>3</sup> É importante notar que Negri opera uma diferença conceitual entre biopoder e biopolítica, o primeiro termo designando o domínio do poder sobre a vida, o segundo a resistência da vida contra o poder, resumindo, biopoder como dominação e biopolítica como resistência. Vale lembrar que nas pesquisas realizadas por Foucault o conceito de biopolítica apreende o momento em que o poder investe sobre o corpo, não mais o corpo máquina, mas o corpo espécie. Biopolítica é o poder resultante não só das disciplinas sobre o corpo de um indivíduo, mas também sobre uma população (cuidado com a saúde, higiene etc.), implicando, também, resistências (FOUCAULT, M. *Resumo dos Cursos*. 1ª Edição. Trad. Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, pp. 89-97).

<sup>4</sup> HARDT, M. & NEGRI, A. *Multidão*. 1ª Edição. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005, p.436,

conceito de classe. Essas redes de produção social proporcionam uma certa capacidade institucional para uma nova sociedade. É o trabalho social da multidão que nos move diretamente para o poder constituinte<sup>5</sup>. Negri, como um bom marxista, não pode deixar de pensar o fundamento ontológico do homem fora do trabalho.

Do ponto de vista político a multidão nada mais é o momento no qual a multidão expressa seu poder comum e sua capacidade de tomada de decisão. É o momento da expressão do poder constituinte que emerge do processo ontológico e sociológico do trabalho da multidão<sup>6</sup>. É a potência democrática da multidão em ato, produção biopolítica que implica necessariamente em uma organização, na derrubada no Estado e na criação de um outro Estado, aberto à dinâmica do poder constituinte da multidão.

O conceito de multidão, ainda que hibridado com conceitos utilizados nas pesquisas oriundas da obra de Foucault e Deleuze, responde fundamentalmente a problemáticas marxistas e isso fica evidente em três pontos: 1) o trabalho é visto como local privilegiado de resistência (ainda que com o conceito de biopoder/biopolítica dominação e resistência encontrem-se na vida como um todo); 2) a multidão substitui o proletariado como protagonista da História, ou, nas palavras de Negri, como dispositivo genealógico geral das determinações sociopolíticas da História e, como tal, é possível realizar uma historiografia que mostre o avanço do proletariado/multidão rumo à emancipação social; e 3) a necessidade da derrubada do Estado e a criação de um outro Estado como caminho necessário para tal emancipação.

Ao elaborar uma genealogia<sup>7</sup> das lutas por libertação Antonio Negri toma como princípios a sua *eficácia*, pois elas devem se organizar da maneira mais eficaz para combater a forma vigente de poder a qual resiste, a *necessidade de que sua organização esteja adequada às formas de produção econômica e social*. Noutras palavras, no marxismo de Negri, por mais híbrido que esteja com o pós-estruturalismo de Foucault e Deleuze, o local de resistência privilegiado de resistência e fundamento ontológico do homem é o trabalho. Por fim, e o mais importante, a *democracia e a liberdade como princípios orientadores das formas de*

---

<sup>5</sup> Idem p.437.

<sup>6</sup> Ibidem, p.438.

<sup>7</sup> O termo é utilizado por Negri em *Império* (HARDT, M. & NEGRI, A. *Império*. 3ª Edição. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001, p.15), onde afirma que fará a genealogia do Império e do conceito de soberania, porém, ao longo da obra, nenhuma explicação mais aprofundada sobre como se entende esse conceito é dada. Somente em *Multidão* (HARDT, M. & NEGRI A., 2005, op. cit. p.390) Negri explicita a necessidade da genealogia como anticiência necessária para a criação de novos modelos institucionais e sociais com base nas capacidades produtivas do próprio sujeito. No cerne dessa anticiência, a democracia. Vemos que essa concepção de genealogia pouco ou nada tem a ver com aquela dada em 1971 por Foucault como sendo oposta ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias (Foucault M. *Microfísica do Poder*. 16ª Edição. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2001, p. 16), ou ainda aquela de 1984, em que Foucault não separa a genealogia da problematização das relações de domínio sobre as coisas, das relações de ação sobre os outros e das relações consigo mesmo (Foucault, M. *Ditos e Escritos II – Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2000, p.350).

*organização e resistência*<sup>8</sup>. Levando em conta esses três princípios Negri argumenta que as formas de resistência vistas na Comuna de Paris e na Revolução Russa de Outubro, que se caracterizavam pela criação de vanguardas políticas, pela criação de organizações de contrapoder para a conquista do poder de Estado e estabelecimento da ditadura do proletariado, hoje não são mais possíveis<sup>9</sup>. A forma de resistência mais adequada atualmente para a multidão seria a que tem como modelo a organização em rede, uma vez que estão de acordo com o trabalho imaterial e representam um avanço democrático em relação às organizações piramidais do tipo Partido e Vanguarda, portanto, mais aptas a combater o Império<sup>10</sup>, conceito elaborado por Negri que define o atual estágio de desenvolvimento do capital e local onde se aloja a soberania, não mais tendo o Estado-nação como referência, mas transterritorial.

Negri considera como modelos mais avançados desse tipo de organização o Movimento Zapatista, os Movimentos Antiglobalização de Seattle e Gênova e os Fóruns Sociais Mundiais<sup>11</sup>, uma vez que, estando plenamente de acordo com os três princípios, possuem a forma de organização necessária para realizar plenamente a promessa de uma sociedade democrática<sup>12</sup>. Não obstante, há uma crítica a todos os modelos citados relativa à sua incapacidade de se transformar numa luta fundadora e de articular uma organização social alternativa<sup>13</sup>.

Negri então faz algumas proposições sobre como articular essas lutas fundadoras e organização social alternativa: os direitos pelos quais a multidão deve lutar são: cidadania global, direito a um salário social e direito à reapropriação dos meios de produção usurpados pelo capital<sup>14</sup> (Idem: 421-430). Portanto é tarefa da multidão reivindicar um reconhecimento jurídico a esses direitos, que seria o *direito comum* da multidão; uma luta por direitos deve ser travada entre governos democráticos e os movimentos sociais, pois a atividade nos movimentos sociais deve ser reconhecida como motor da atividade do governo, uma nova e radical dinâmica democrática pode ser construída na dialética entre movimentos e governos<sup>15</sup>. (Cocco & Negri, 2005: 187 e 205-209). O diálogo é entre movimentos e governos, não entre movimentos e Estado, pois se assume tacitamente que o Estado pode ser ocupado por governos mais ou menos democráticos.

---

<sup>8</sup> HARDT, M. & NEGRI, A., 2005, op. cit. p.126.

<sup>9</sup> Idem, p.104.

<sup>10</sup> Ibidem, p.127,

<sup>11</sup> Ibidem, pp.123-125.

<sup>12</sup> Ibidem, p.129.

<sup>13</sup> Ibidem, p.126.

<sup>14</sup> HARDT, M. & NEGRI, A. 2001, op. cit. pp.421-430.

<sup>15</sup> COCCO, G. & NEGRI, A. *Glob(al). Biopoder e luta em uma América Latina globalizada*. 1ª Edição. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 2005, p.187 e pp.205-209.

## 2. A Ação Global dos Povos (AGP)<sup>16</sup> e os Fóruns Sociais Mundiais (FSM)

A rede de resistências que ficou conhecida como “movimento de movimentos”, do qual tanto a AGP quanto o FSM faz parte, reconhece seu nascimento e inspiração no dia 1º de janeiro de 1994, data em que o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) se insurge contra o neoliberalismo representado pelo Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA, de acordo com a sigla em inglês). As reivindicações dos Zapatistas por dignidade, democracia e autonomia, o fato de não reivindicarem o controle do Estado, nem de formarem uma Vanguarda ou um Partido marcam diferenças claras com o modelo de organização marxista-leninista.

Em 1996 os Zapatistas convocam o primeiro Encontro pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo, reunindo mais de 6000 pessoas de diversos movimentos sociais ao redor do mundo. O sucesso do Encontro é repetido novamente em 1997 e em 1998, em Genebra, é lançada uma coordenação mundial de resistência contra o mercado globalizado, que objetiva servir como um instrumento de comunicação e coordenação das lutas contra o mercado global e construção de alternativas locais que ficou conhecida como AGP. Desse primeiro encontro estavam presentes representantes do Movimento Camponês de Karnakata (Índia), do Movimento Sem Terra, dos maoris da Nova Zelândia, dos movimentos indígenas da América Central e do Sul e ativistas da Europa, América do Norte e Austrália.

Nessa primeira reunião da AGP são elaborados também os documentos que a definem: seus cinco princípios básicos, seus princípios de organização e seu manifesto<sup>17</sup>. A filosofia organizacional da AGP é baseada na descentralização e na autonomia, chamando os movimentos sociais à ação direta e à desobediência civil, propondo uma atitude de confronto, de acordo com seus cinco princípios. Basicamente, qualquer pessoa ou organização pode entrar na rede formada pela AGP e contar com seu apoio para realização de atividades, desde que esteja de acordo e aceite seus princípios. Uma forma muito parecida ocorre com a Carta de Princípios no Fórum Social Mundial, o que é uma característica das organizações em rede: não mais a

---

<sup>16</sup> As informações sobre a AGP aqui reproduzidas, encontram-se dispersas em seus boletins, que podem ser acessados em inglês em <[www.agp.org](http://www.agp.org)> último acesso em 11 de junho de 2008.

<sup>17</sup> Os cinco princípios básicos são modificados na conferência de Bangalore, na Índia, em agosto de 1999, que basicamente expande o “anti-liberalismo” da AGP para “anti-capitalismo”. São novamente alterados na conferência de Cochabamba, ratificando a modificação de Bangalore. Os cinco princípios são: 1. Uma rejeição muito clara ao capitalismo, ao imperialismo, ao feudalismo e a todo acordo comercial, instituições e governos que promovem uma globalização destrutiva. 2. Rejeitamos todas as formas e sistemas de dominação e de discriminação incluindo, mas não apenas, o patriarcado, o racismo e o fundamentalismo religioso de todos os credos. Nós abraçamos a plena dignidade de todos os seres humanos. 3. Uma atitude de confronto, pois não acreditamos que o diálogo possa ter algum efeito em organizações tão profundamente anti-democráticas e tendenciosas, nas quais o capital transnacional é o único sujeito político real. 4. Um chamado à ação direta, à desobediência civil e ao apoio às lutas dos movimentos sociais, propondo formas de resistência que maximizem o respeito à vida e os direitos dos povos oprimidos, assim como, a construção de alternativas locais ao capitalismo global. 5. Uma filosofia organizacional baseada na descentralização e na autonomia. Disponível em <<http://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/pt/hallmpt.htm>>, último acesso em 11 de junho.

rigidez ideológica do Partido, mas o princípio da livre-adesão: entra-se quando quer, e pode-se abandoná-la a qualquer momento.

Apesar do número de ações e protestos que contaram com a coordenação da AGP serem enormes há um tipo específico que é considerado uma inovação e um sucesso pela AGP, que são os *Dias de Ação Global*. Reproduzo abaixo alguns trechos do panfleto que circulou como chamado ao primeiro Dia de Ação Global, em 18 de junho de 1999, nele há uma breve definição do que são e seus objetivos:

Um dia internacional de protesto, ação e carnaval dirigido ao coração da economia global: os centros bancários e financeiros em volta do globo. (...) Ativistas de diversos grupos em todo o mundo estão discutindo, *formando redes* e se organizando para um dia internacional de ação direcionada ao coração da economia global (...) o sistema capitalista global, baseado na exploração das pessoas e do planeta para o lucro de poucos, é a raiz de nossos problemas sociais e ecológicos. A ocupação e alteração no 18 de Junho (J18) dos distritos financeiros, simultaneamente em todo mundo, será uma contribuição para o – e um exemplo prático do – processo de construção de conexões e *alternativas à ordem social atual*. (...) *IMAGINE substituir a ordem social existente por uma sociedade ecológica livre baseada no apoio mútuo e na cooperação voluntária*<sup>18</sup>

Os Dias de Ação Global não começaram em Seattle, em 30 de novembro de 1999 (N30), assim como não terminaram em Gênova, em julho de 2001, mas esses são os mais conhecidos, e marcam, segundo Naomi Klein e Antonio Negri<sup>19</sup>, o fim de um primeiro ciclo de lutas globais, no qual se teria enfatizado ações de *protesto*, para uma segunda fase, que enfatizaria a dimensão *propositiva* do movimento. Não por acaso, em 2001, é organizado o Primeiro Fórum Social em Porto Alegre.

Seus organizadores definem o FSM como um espaço de debate democrático de idéias, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONG's e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do capital no mundo. Seu primeiro encontro ocorreu em 2001, configurando-se como um processo mundial permanente de busca de construção às políticas neoliberais. O FSM caracteriza-se pela pluralidade e diversidade, propõe-se a facilitar a articulação, em forma de rede, de entidades e movimentos engajados em ações concretas pela construção de um outro mundo<sup>20</sup>. Como se frisou

---

<sup>18</sup> Texto do panfleto internacional 18 de junho de 1999 apud NEDD, L. *Urgência das ruas*. 1ª Edição. Trad. Leo Vinicius. São Paulo: Conrad, 2002, pp.25-27, grifos meus. Ressalta-se aqui o princípio de organização em rede e o caráter de construção de alternativas à ordem social vigente, fundamental para a molarização e captura do “movimento de movimentos”.

<sup>19</sup> Debate entre Naomi Klein e Antonio Negri, ocorrido em Pádua em 17 de julho de 2002. Há um resumo disponível em <[http://resistir.info/n\\_klein/debate\\_klein\\_negri.html](http://resistir.info/n_klein/debate_klein_negri.html)>, último acesso em 12 de junho de 2008.

<sup>20</sup> A lista de entidades que fazem parte da rede do FSM é imensa e em constante alteração, mas gostaria de destacar algumas para se ter uma idéia da pluralidade e diversidade citadas: Aliança por um Mundo Responsável e Solidário, Associação Brasileira de ONGs (ABONG), Associação pela Tributação das Transações Financeiras para ajuda aos Cidadãos (ATTAC), Central de Trabajadores Argentinos, European Trade Union Confederation, Confederação Mundial do Trabalho (CMT), Greenpeace, Movimento Sem Terra (MST), Rede Latino-Americana e Caribenha de Mulheres Negras e Rede Mundial de Mulheres pelos Direitos Reprodutivos.

anteriormente, o FSM também possui uma Carta de Princípios, que é seu único “documento oficial”, que não reproduzo aqui por um problema de espaço, mas gostaria de citar alguns pontos relevantes.

Segundo a Carta de Princípios<sup>21</sup> o FSM é um “espaço permanente de busca e construção de alternativas, que visa fazer prevalecer “uma globalização solidária que respeite os direitos humanos universais, bem como os de todos (as) os (as) cidadãos e cidadãs em todas as nações e meio ambientes, apoiada em sistemas e instituições internacionais democráticos e a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos”, mas “não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial” e seus encontros não têm caráter deliberativo, mas “propugna pelo respeito aos direitos humanos, *pela prática de uma democracia verdadeira, participativa*”. Portanto, vemos aqui que já na Carta de Princípios o FSM já apresenta uma proposta de um novo código para as reivindicações por democracia e dignidade humanas presente na AGP: respectivamente, democracia participativa e direitos.

Para além das polêmicas existentes sobre o FSM<sup>22</sup> gostaria de frisar as duas grandes propostas políticas defendidas pelo FSM: a democracia participativa e a conquista de direitos, juntamente com a noção de cidadania que as liga. Essas são as duas grandes discussões que perpassam todas as edições do FSM e que já estão reconhecidas em sua própria Carta de Princípios sobre o que constituiria a nova fase “propositiva” do “movimento de movimentos”.

As experiências políticas que assumiram o nome de democracia participativa buscam complementar a democracia representativa. São experiências que passam pela afirmação do Estado de Direito e de direitos sociais, apostando no aprofundamento da relação entre cidadão e decisões do poder político, geralmente conjugando o resgate de minorias políticas ou de etnia nesse processo. Buscando diminuir o fosso entre representantes e representados, ocorrendo em sentidos diferentes: mobilização de setores sociais interessados na realização de políticas públicas, levando aos governos suas reivindicações, mobilizando a sociedade e pressionando para estabelecer uma nova relação entre cidadania e política. Esse sentido ainda estaria preso ao modelo de democracia representativa e liberal. Outro sentido é o que aponta alternativas de organização do sistema político, que podem propiciar a reforma democrática radical do Estado<sup>23</sup>. De acordo com Silvana Tótora:

---

<sup>21</sup> Disponível na íntegra em <[http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id\\_menu=4&cd\\_language=1](http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=4&cd_language=1)>, último acesso em 11 de junho de 2008.

<sup>22</sup> Algumas dessas polêmicas são: se sua forma de organização é suficientemente democrática, se deveria haver ou não uma declaração ao final de cada FSM e se todos os movimentos do mundo estão devidamente representados nas instâncias do FSM. Sobre isso ver SANTOS, B. *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. 1ª Edição. São Paulo: Cortez, 2005 e WHITAKER, C. *O desafio do Fórum Social Mundial*. 1ª Edição. São Paulo: Loyola, 2005.

<sup>23</sup> SADER, E. Para outras democracias. In: SANTOS, B (org). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp.657-658.

A modalidade participativa de democracia povoou o debate, a partir da década de 70, como solução para a crise da representação política. De acordo com seus promotores, o cidadão eleitor deveria expandir seu poder para além do voto, participando das tomadas de decisões políticas, o que passou a ser, no final do século anterior e início deste, as palavras de ordem de governantes e governados, empresários, comunicadores, intelectuais, em suma, da sociedade civil organizada. A participação direta dos cidadãos é incorporada como Artigo em diversas Constituições, inclusive a brasileira de 1988. Multiplicam-se os conselhos de gestão de políticas públicas, e diversificam-se os segmentos de sociedade institucional da democracia participativa. Os chamados direitos do cidadão à participação traduzem o anseio por sua inclusão na maioria. As inúmeras políticas de inclusão são traduzidas em dispositivos jurídicos, que conferem legitimidade à legitimação dos direitos. Com os conselhos, a população de eleitores torna-se co-responsável pela gestão e tomada de decisões políticas.<sup>24</sup>

A democracia participativa visa sanar três problemas da democracia representativa: a autorização sobre as decisões políticas, a identidade entre governantes e governados e a prestação de contas<sup>25</sup>. A democracia participativa, reconhecendo a pluralidade humana, estaria apta a uma nova gramática social com uma inovação institucional, uma nova institucionalidade democrática. Reconhecendo o pluralismo das formas de vida, a incorporação de minorias, a política conta com o assentimento desses atores em processos de discussão e deliberação. Além das minorias, os movimentos sociais também são importantes nesse processo, uma vez que estão inseridos em movimentos pela ampliação do político, pelo aumento da cidadania e pela inserção de atores sociais excluídos<sup>26</sup>. *Participando* ativamente dos governos, minorias e movimentos sociais garantiriam uma maior legitimidade às instituições democráticas, identificando-se com o governo e aumentando a transparência nesse processo. Para exemplificar como ocorre essa discussão dentro do Fórum, abaixo encontra-se a apresentação da problemática de um debate realizado no FSM de 2003, sob o título: “Desencontros e tensões entre movimentos sociais, partidos e instituições políticas: como conquistar a democracia participativa? A vitalidade dos movimentos sócias e a emergência de uma sociedade civil de dimensões planetárias alargam o campo da política e da participação democrática”:

A própria noção de política de cidadania tende a deixar de ser referida menos ao Estado e mais aos direitos universais (...). Esse fato gera tensões no seio das próprias sociedades civis, particularmente na relação entre clássicos movimentos populares, como o sindical e o camponês, com os novos movimentos feministas, ambientalistas, de direitos humanos, etc. Como tais mudanças impactam na

---

<sup>24</sup> TÓTORA, S. Democracia e Sociedade de Controle. *Verve*. São Paulo: Nu-Sol, vol.10, 2006, pp.242-243.

<sup>25</sup> AVRITZER, L. & SANTOS, B. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B (org). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.49.

<sup>26</sup> Idem, pp.52-53.

cultura política democrática, nas formas de organização e participação cidadã, na capacidade de incidência da cidadania nas políticas públicas? O Fórum Social Mundial é uma grande caixa de ressonância desta diversidade, com seus encontros e desencontros, com seus desafios para a democracia participativa.<sup>27</sup>

Problematizar democracia participativa é situá-la como um novo dispositivo de controle para conter os fluxos vivos que escapam<sup>28</sup> e é nesse campo de análise que esta pesquisa se situa.

### 3. A multidão nas páginas da revista Global

Lançada no Fórum Social Mundial de Porto Alegre de 2003, a revista inicialmente era um número experimental da revista Global Magazine<sup>29</sup>, cujo primeiro número foi a edição italiana lançada no Fórum Social Europeu de Florença, em novembro de 2002. Esta seria uma revista voltada para a América Latina, uma publicação que foi resultante da articulação entre as redes constituintes das mobilizações em torno nos movimentos antiglobalização, especialmente Gênova, e dos Fóruns Sociais, especialmente Florença, da Rede Universidade Nômade<sup>30</sup> e do Laboratório Argentina<sup>31</sup>.

A Global pretende ser um interlocutor do “movimento dos movimentos”, como ficou conhecido o movimento antiglobalização girando em torno das manifestações de Seattle até Genova e dos Fóruns Sociais ao redor do mundo. Ela é produzida dentro do movimento e para o movimento, sendo um espaço de articulação de resistências e produção em redes, para dentro desses espaços tornar possível processos constituintes e democráticos dentro do Império. É o

---

<sup>27</sup> SANTOS, B. 2005. Op. cit. p.203.

<sup>28</sup> TÓTORA, S. Op. cit, p.243.

<sup>29</sup> A revista Global Magazine e Global América Latina são vinculadas ao *Global Project*, rede que se articulou na Itália com o objetivo de servir como ponto de articulação e unidade das lutas, sobretudo os movimentos de direito pela cidadania global, dos movimentos antiglobalização, direitos intelectuais, direitos dos imigrantes etc. Era também um dos objetivos do *Global Project* produzir revistas Global para várias regiões do mundo, além das edições italiana e para a América Latina, havia também uma voltada para a Espanha. A única revista Global atualmente a circular está no Brasil, cujo nome, a partir da edição número 2, passou a ser *Global Brasil* e não mais *Global América Latina*.

<sup>30</sup> A Rede Universidade Nômade é uma rede de redes composta por núcleos e grupos de pesquisa, militantes de pré-vestibulares populares, movimentos culturais, filósofos, artistas etc. Seu objetivo é a constituição de uma pauta comum de discussão e debate sobre a universalização dos direitos e meios para a produção do conhecimento. A Rede Universidade Nômade tem como objetivo, comum ao da multidão, responder à pergunta “*como encontrar uma unidade pontual das lutas sem com isso cair em uma organização despótica e burocrática, como a do partido ou a do aparelho de Estado?*”. *Manifesto por uma Universidade Nômade*, disponível em <[http://www.universidadenomade.org.br/full\\_text.shtml?x=1](http://www.universidadenomade.org.br/full_text.shtml?x=1)>, último acesso em 11 de junho de 2008.

<sup>31</sup> Grupo de estudiosos e militantes argentinos egressos de trajetórias políticas diversas, mas inspirados na experiência teórica e militante Laboratório Itália dos anos 70, do qual o *operásmo*, movimento teórico e político caracterizado principalmente por um retorno à classe operária como motor da luta política, independente da relação de capital, é referência. Negri teve uma importante participação no movimento e, em 2002, foi convidado pelo Laboratório Argentina para uma vídeotransmissão, que mais tarde transformou-se em livro: NEGRI, A. et alli. *Diálogo sobre la globalización, la multitud y la experiencia argentina*. 1ª Edição. Buenos Aires: Paidós, 2003.

objetivo desses movimentos, e da revista, contribuir para a institucionalização de tais espaços, encontrando brechas de constituição democrática na globalização. Para tanto a única política possível seria a da multidão, pois conseguiria juntar resistência e produção como democracia, ou seja, a política de multidão que unifica as resistências de maneira a constituir a luta fundadora de que fala Negri e cria a organização social alternativa para o Império, a democracia da multidão. É dessa forma que se efetua a codificação estratégica dos pontos de resistências, não mais tendo como modelo de organização a construção de partidos e as vanguardas, mas a organização em rede, codificação que passa necessariamente pelo molar.

Nas páginas da revista *Global* é tentada uma unificação de vários movimentos, minorias, organizações, ONGs, partidos (notadamente o PT) iniciativas governamentais dos quais destacam-se ao longo dos oito números analisados: CUFA (Central Única das Favelas), MPF (Movimento Popular das Favelas), MST (Movimento dos Sem-Terra), os painéis argentinos, Grupo Cultural Afro Reggae, o apoio às Ações Afirmativas sobretudo às cotas para afro-descendentes no Ensino Superior, o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), os Fóruns Sociais realizados no mundo, iniciativas de software livre e copyleft, a defesa de projetos que garantam uma Renda Cidadã (desde a Renda Social Garantida na Europa até o Bolsa-Família no Brasil), as lutas por democracia sobretudo nos países da América Latina, as quais destacam-se Brasil, Argentina, Venezuela e Bolívia. Todas essas propostas são abarcadas e traduzidas sob a forma de demanda por direitos e democracia, pressionando para uma nova institucionalidade radicalmente democrática, constituindo a unidade pontual formada de rede de redes almejada pela revista, conceitualmente o que Negri chamou de *multidão*.

Ao entender alguns governos democráticos (como o brasileiro, o argentino e o venezuelano, exemplos abordados na *Global*) como abertos às dinâmicas dos movimentos sociais, ou da multidão, pretende-se que a participação política, pressionando as instituições por fora, diminua o fosso da representação democrática, tornando a democracia mais participativa na medida em que a mobilização produz efeitos concretos na conquista e universalização de direitos. É isso o que significa organizar os movimentos, tema recorrente nas páginas da revista, ao mesmo tempo em que se organiza a produção. Uma vez que há separação teórica entre *biopolítica e biopoder* pode-se retornar ao paradigma marxista do trabalho como fundamento ontológico do homem, portanto local de autonomia e liberdade, que é vampirizado pelo capital. Com o advento do trabalho imaterial, e da exploração da vida pelo capital, o trabalho também ocupa toda vida, *todos trabalham, todos são explorados*, logo todos são, ao mesmo tempo, produtores de biopolítica, a multidão, e alvos do biopoder, o Império. Ao *organizar* essa produção de vida nos movimentos, se codifica os fluxos de resistência na luta por direitos com o objetivo de radicalização democrática.

#### 4. Resistência, molarização e reatividade

De acordo com Passetti as relações de poder na sociedade de controle “dirigem-se não mais para o combate ou o extermínio de resistências, mas às capturas que levam à inclusão (...) esta incessante máquina de guerra está cada vez mais imobilizadora e por paradoxal que isso possa parecer, sua absorção em fluxos de inclusão se dá por sua própria atuação”<sup>32</sup>.

Segundo Deleuze o capitalismo é o sistema que funciona sob fluxos descodificados, aí está sua potência e o seu limite: ao mesmo tempo em que funciona descodificando fluxos precisa conter essa descodificação<sup>33</sup>. Codificar aquilo que escapa no horizonte: para isso que servem a lei, o contrato e a instituição, as três principais codificações que operam em nossa sociedade<sup>34</sup>. É assim que se codificam fluxos de resistência, tornando-os aptos a uma molarização que os codifica; como vimos, a multidão não pode deixar de passar por esse processo: direitos, um novo pacto social, uma institucionalidade democrática. A luta por direitos é a própria entrada em fluxos de inclusão, que se dá pela própria atuação da multidão. Ao lutar por direitos, a multidão está no âmbito de uma *resistência reativa*, visto que pretende radicalizar, o que aqui é sinônimo de reformar, o que já está dado, a democracia, mas, ao conseguir seu objetivo, conquistar um direito, universalizar um direito, deixa até mesmo de ser resistência reativa para entrar nesse fluxo de inclusão, tornando-se parte de um *dispositivo de inclusão*<sup>35</sup>. Assim a luta por direitos da multidão e a tentativa de radicalização democrática global podem ser entendidas como resistências reativas, apresentando-se como *alternativa* diante das possibilidades de inovação, que se integram a dispositivos de inclusão, uma codificação de resistências, portanto, contrapondo-se às resistências ativas, que estariam no âmbito de uma descodificação, de invenção de espaços de liberdade, das heterotopias, resistir de uma maneira que não seja codificável, embaralhar códigos, o devir revolucionário dos indivíduos, atemporal e incessante.

---

<sup>32</sup> PASSETTI, E. Poder e anarquia. Apontamentos libertários sobre o atual conversadorismo moderado. *Verve*. São Paulo: Nu-Sol, vol.12, 2007, pp.12-13.

<sup>33</sup> DELEUZE, G. & GUATTARI, F. 2004, op. cit.

<sup>34</sup> DELEUZE, G. *A ilha deserta*. 1ª Edição. Trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Iluminuras, 2006. p.320.

<sup>35</sup> PASSETTI, E. Op. cit. p.27.